

DIMENSÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE NOVA CANDELÁRIA/RS/BRASIL

GRUPO DE TRABALHO: GT1: Desenvolvimento regional, planejamento, governança, controle social e gestão do território

RESUMO

O estudo da Dimensão Social do Patrimônio Territorial evidencia as relações e estruturas constituídas pelos seres humanos nas suas interações entre si e com a natureza. A compreensão da dimensão viabiliza a prospecção de alternativas sustentáveis e inovadoras que impulsionam o desenvolvimento, na medida que evidencia as potencialidades do território. Propõe-se o estudo da Dimensão Social a partir de três componentes: relações de trabalho e acesso aos bens e serviços; formas de organização e interação; e valores, normas e estruturas sociais. Metodologicamente opera-se a partir da triangulação de métodos, articulando a pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionário estruturado. Os dados coletados são organizados, tratados e analisados com base na análise de conteúdo. O índice referente à Dimensão Social foi de 3,22, situando-se acima do valor considerado regular (3,0). Esse resultado evidencia uma ativação significativa da dimensão social no município, refletindo uma capacidade social que favorece o desenvolvimento sustentável, especialmente quando analisado sob a ótica do Patrimônio Territorial. Conclui-se que o estudo da Dimensão Social levantou dados que possam ser utilizados pela gestão pública para direcionar políticas públicas específicas, de acordo com o perfil dos habitantes do município, facilitando a gestão e auxiliando em melhores decisões que possam contribuir para a efetivação de direitos e o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Patrimônio Territorial. Dimensão Social. Desenvolvimento. Nova Candelária.

INTRODUÇÃO

Os estudos do patrimônio territorial e sua importância nos processos de desenvolvimento dos territórios tem se consolidado no cenário nacional e internacional, especialmente a partir do início do século XXI (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021). Nestes estudos, destaca-se a participação importante de um grupo de mais de 30 pesquisadores, de 19 Universidades do Brasil, Portugal, Espanha, Inglaterra e Argentina, ligados à Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (REDETEG), que tem trabalhado, de forma cooperada, na construção de uma proposta ontológica, epistemológica e teórico-metodológica para subsidiar estudos do desenvolvimento com base no patrimônio territorial. Este grupo tem se mobilizado em torno de um projeto

central denominado “O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões – ProPAT”. Projeto este que tem dado origem a estudos específicos de territórios locais, regionais e de dimensões do patrimônio territorial.

No conjunto destes estudos, este ensaio, em específico, tem seu foco voltado para a dimensão social do patrimônio territorial. A dimensão social do patrimônio territorial busca compreender as relações e estruturas construídas pelos seres humanos nas interações que estabelecem entre si e com a natureza, através do estudo de três componentes interligados: (i) as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços produzidos nas sociedades; (ii) as formas de organização e interação que marcam as diversas sociedades específicas; e (iii) os valores, normas e estruturas sociais que “moldam” e dão consistência às diferentes sociedades (ANDRADE et al., 2023).

O foco do estudo da dimensão social foi o município de Nova Candelária/RS/Brasil, a segunda cidade na qual se aplicou o “modelo” de diagnóstico proposto pelo grupo de trabalho que coordena as pesquisas na dimensão social. Este grupo da dimensão social é formado por pesquisadores de cinco universidades, sendo 3 brasileiras, uma de Portugal e uma da Inglaterra. Em termos de proposta metodológica, trabalhou-se a partir da proposição de Minayo (2014), no sentido da “triangulação de métodos”, articulando pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionário estruturado. Os dados coletados foram organizados, tratados e analisados com base na análise de conteúdo.

O texto aqui proposto está estruturado em três sessões, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira sessão apresenta-se a base teórica que fundamenta o estudo da dimensão social. Na segunda, se apresenta a proposta metodológica. Na terceira são expostos os resultados do estudo realizado, tendo como referência o município de Nova Candelária. Nas considerações finais se busca apresentar algumas inferências e indicar novas possibilidades de estudos.

A DIMENSÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL

De acordo com Andrade et al. (2023), a dimensão social do patrimônio territorial corresponde ao conjunto de elementos que estruturam as relações sociais e organizacionais estabelecidas pelos seres humanos, tanto nas interações entre si quanto nas relações que desenvolvem com a natureza. Tal dimensão não deve ser analisada de forma isolada, desvinculada do conjunto das demais que integram o patrimônio territorial — a saber: as dimensões produtiva, natural, humana e intelectual, cultural e institucional. No entanto, pode ser compreendida em profundidade por meio de um estudo minucioso que considere suas

especificidades. Quando se fala em especificidades, se está delimitando os aspectos básicos a serem investigados: (i) as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços produzidos nas sociedades; (ii) as formas de organização e interação que marcam as diversas sociedades específicas e (iii) os valores, normas e estruturas sociais que “moldam” e dão consistência às diferentes sociedades. Tem-se presente que estes três componentes possuem potencial para evidenciar as características fundantes da dimensão social do patrimônio territorial. Entende-se o patrimônio territorial como “o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental” (DALLABRIDA, 2020, p. 12).

No tocante às relações de trabalho e acesso aos bens e serviços, o primeiro componente da dimensão social, se tem presente, como pressuposto básico, a dinâmica capitalista de produção e reprodução (DOWBOR, 1998). “O modo de produção capitalista é baseado na propriedade privada dos meios de produção, onde faz-se necessário a produção de mercadorias para serem postas à disposição no mercado. Nesse modo de produção, o trabalho é um componente central” (ROTTA et al., 2023, p. 98). Portanto, compreender como se estabelecem as relações de trabalho e o acesso aos produtos (bens e serviços) resultantes do mesmo se torna essencial para entender a dinâmica das diferentes formações sociais. Como o modo de produção capitalista assume feições diferenciadas, em diferentes contextos e territórios, demonstrando suas contradições, entende-se como essencial olhar para as relações de trabalho a acesso aos bens e serviços a partir de três variáveis: (1^a) a situação do trabalho formal e informal, na qual se deve ter atenção para as características que conformam estes dois “mercados de trabalho” e as interações que estabelecem entre si na dinâmica das diferentes formações sociais; (2^a) a distribuição de renda entre as classes, na qual se deve ter atenção para observar como as diferentes formações sociais organizam a distribuição e/ou concentração dos produtos gerados pelo trabalho e quais as repercussões que isso traz para a dinâmica social; (3^a) e os indicadores de vulnerabilidade social, em que se deve ter atenção para ver como se dão os processos de inclusão e exclusão e quais as repercussões disso na dinâmica social (ROTTA et al., 2023).

O segundo componente da dimensão social, as formas de organização e interação que marcam as diversas sociedades específicas, centra sua atenção na compreensão das formas que as relações geradas nos processos de trabalho, produção, distribuição, consumo e reprodução assumem na vida social concreta e vão definindo relações e estruturas sociais. Para isso é essencial olhar para três variáveis: (1^a) Grupos sociais e estratos de classe organizados, tendo presente como eles se formam, como constroem suas ideologias de

sustentação e como se organizam para defender seus interesses no território, constituindo-se em atores sociais; (2^a) Redes de relações, evidenciando como os diferentes atores sociais se relacionam e constituem suas forças para interferir no território, formando redes formais e informais; (3^a) Formas de cooperação e associação, demonstrando como os atores podem se associar e cooperar, mas também podem estabelecer relações de conflito e como estas se institucionalizam ou não (ROTTA et al., 2023). Se tem presente que estas variáveis que se conformam nas formações sociais específicas devem ser percebidas na interação com o contexto histórico regional, nacional e internacional.

O terceiro componente da dimensão social é constituído pelos Valores, normas e estruturas sociais. No tocante aos valores, se trata de um conjunto de critérios de orientação, preferência e avaliação da vida em sociedade, que podem ser divididos em valores terminais (aqueles que se referem aos estados finais desejáveis de existência) e valores instrumentais (aqueles que se referem aos modos de comportamento preferíveis dos sujeitos ou dos grupos para alcançar os valores terminais) (ROTTA et al., 2023, p. 111). As normas são as regras de conduta que definem ou indicam os comportamentos aceitáveis dos indivíduos, grupos e instituições. As estruturas sociais, por sua vez, são as institucionalidades construídas no sentido de orientar comportamentos e organizar as relações sociais.

Neste contexto, os valores implicam em uma relação dialética com as normas, que são sempre um reflexo dos valores da sociedade. Em outros termos, normas e valores sempre atuam inseparavelmente para moldar os sujeitos em sociedades específicas. Neste sentido, os valores, as normas e as estruturas sociais possuem uma relação direta com a realidade social, que é compreendida por Berger e Luckmann (1985) como realidade objetiva e subjetiva, em um movimento dialético, conjugado em três momentos simultâneos, a exteriorização, a interiorização e a objetivação. A realidade é construída por uma conjunção de fatores sociais, decorrentes da relação e atuação humana (ROTTA et al., 2023, p. 112).

Os valores, normas e estruturas sociais podem ser estudados e compreendidos a partir de três variáveis essenciais: (1^a) valores, compreendidos como os critérios de orientação que impulsionam as ações individuais e coletivas; (2^a) normas e moral, entendidos como os princípios que regem as condutas e a percepção das estruturas sociais e normativas, tal como a percepção dos direitos, dos deveres e dos limites à ação; (3^a) densidade institucional, chamando atenção para a estrutura organizativo-funcional de um território (ROTTA et al., 2023).

A compreensão da dimensão social a partir de seus três componentes, explicitada por meio das nove variáveis correspondentes, revela uma perspectiva analítica integrada, ancorada em fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos que orientam os estudos do desenvolvimento a partir da concepção de território como elemento estruturante.

Essa abordagem reconhece o território em sua complexidade, articulando múltiplas dimensões, escalas e condicionalidades que conformam os processos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Ao adotar tal referencial, promove-se uma leitura ampliada da realidade, valorizando a interdependência entre os elementos constitutivos do patrimônio territorial. Assim, reforça-se a importância de uma análise sistêmica e contextualizada, que permita compreender os vínculos entre as práticas sociais e os processos de desenvolvimento sustentável. Essa concepção contribui para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às especificidades locais e regionais.

METODOLOGIA

Quando se fala em metodologia é preciso ter presente que ela compreende, no mínimo, três dimensões fundamentais: uma proposta epistemológica que oriente a visão de conhecimento e como o mesmo pode ser construído; uma proposta operacional que nos indique quais os instrumentos básicos se vai utilizar para a obtenção das informações e dos dados, em seu sentido amplo; e uma técnica de análise, que nos permita trabalhar com os dados e transformá-los em conhecimentos a partir dos objetivos e do instrumental epistemológico e teórico que orienta a pesquisa.

Neste sentido, a pesquisa realizada buscou o aporte das contribuições da Nova Teoria dos Sistemas, das Teorias da Complexidade, do Materialismo Histórico-Dialético e das Teorias da Decolonialidade e Descentramento para construir o referencial epistemológico (DALLABRIDA; ROTTÀ; BÜTTENBENDER, 2021; DALLABRIDA; ROTTÀ; BÜTTENBENDER; DENARDIN; ARENHART, 2021). Por se tratar de pesquisa interdisciplinar, entendeu-se que a “triangulação de métodos”, proposta por Minayo (2014), com a definição de um roteiro básico de investigação, dá conta do diálogo necessário entre as abordagens epistemológicas e teóricas que orientam a pesquisa e da definição dos instrumentos de coleta dos dados.

O primeiro componente, as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços, tem suas variáveis coletadas através da pesquisa bibliográfica, documental e de fontes secundárias de forma online, nos ambientes públicos: (i) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a variável trabalho formal e informal; (ii) Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) para a variável distribuição da renda entre as classes ou estratos de classe; e (iii) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para a variável indicadores de vulnerabilidade social.

Para o segundo e terceiro componentes utilizou-se um questionário estruturado, que foi elaborado pelos grupo de pesquisadores da dimensão social, conforme pode ser conferido em Rotta et al (2024, p. 166-170), tendo por base o Questionário Integrado para Medir Capital Social - QI MCS (GROOTAERT et al., 2003), a Escala de Valores de Schwartz et al (2012), o nível de adesão aos princípios universais estabelecidos na Declaração Universal de Direitos Humanos, Declaração da Organização Internacional do Trabalho (Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho), Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, e os 10 critérios selecionados para Ativação do Patrimônio Territorial (Dallabrida; Fernández, 2006). O questionário foi aplicado à população residente no município, preservando o anonimato do respondente e buscando amostras de diferentes grupos sociais, com indivíduos escolhidos de forma aleatória: (i) Empresários; (ii) Agricultores; (iii) Trabalhadores Formais; (iv) Servidores públicos; (v) Estudantes; (vi) Profissionais liberais; e (vii) Trabalhadores informais, sem carteira de trabalho assinada. O Quadro 1 proporciona uma visão de conjunto da proposta metodológica.

Quadro 1. Proposta metodológica para o estudo da Dimensão Social do território em pesquisas sobre Patrimônio Territorial

Dimensão Social			
Componente	Variáveis	Instrumentos de coleta de dados	Escala
Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços	Trabalho formal e informal	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Acima de 35% (ótimo) 30 a 35% (bom) 25 a 29% (regular) 20 a 24% (ruim) Inferior a 20% (péssimo)
	Distribuição da renda entre as classes ou estratos de classe	- Índice de Gini	5: 0 a 0,30 (ótimo) 4: 0,31 a 0,40 (bom) 3: 0,41 a 0,50 (regular) 2: 0,51 a 0,60 (ruim) 1: 0,61 a 0,80 (péssimo)
	Indicadores de vulnerabilidade Social	- Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)	5: 0 a 0,200 – muito baixa (ótimo) 4: 0,201 a 0,300 – baixa (bom) 3: 0,301 a 0,400 – média (regular) 4: 0,401 a 0,500 – alta (ruim) 1: 0,501 a 1 – muito alta (péssimo)
Formas de organização e interação	Grupos sociais e estratos de classe organizados	- Questionário estruturado	5: 90 a 100% (ótimo) 4: 70 a 89% (bom) 3: 50 a 69% (regular) 2: 30 a 49% (ruim) 1: Inferior a 30% (péssimo)
	Redes de relações	- Questionário estruturado	5: 90 a 100% (ótimo) 4: 70 a 89% (bom) 3: 50 a 69% (regular) 2: 30 a 49% (ruim) 1: Inferior a 30% (péssimo)
	Formas de cooperação e associação	- Questionário estruturado	5: 80 a 100% (ótimo) 4: 60 a 79% (bom) 3: 50 a 59% (regular) 2: 40 a 49% (ruim) 1: 1 a 39% (péssimo)
Valores, normas e estruturas sociais	Valores	- Questionário estruturado com base nos Valores Refinado (PVQ-R) da Escala de Valores de Schwartz et al (2012), foco no social	5: 9 - 10 (ótimo) 4: 7 - 8 (bom) 3: 5 - 6 (regular) 2: 3 - 4 (ruim) 1: 1 - 2 (péssimo)
	Normas e Moral	- Questionário estruturado, com base na ideia de nível de adesão aos 64 princípios universais estabelecidos em tratados e acordos internacionais em Direitos Humanos, OIT, Rio-92, CNCC	5: 9 - 10 (ótimo) 4: 7 - 8 (bom) 3: 5 - 6 (regular) 2: 3 - 4 (ruim) 1: 1 - 2 (péssimo)
	Densidade Institucional	- Questionário estruturado com base em 10 critérios selecionados para ativação do Patrimônio Territorial	5: 9 - 10 (ótimo) 4: 7 - 8 (bom) 3: 5 - 6 (regular) 2: 3 - 4 (ruim) 1: 1 - 2 (péssimo)

Fonte: Adaptado de Andrade et al (2023, p. 19-20).

Com os dados coletados é realizado o cálculo do Índice da Dimensão Social (IDS), uma representação lógico-matemática daquilo que foi proposto à investigação, conforme Quadro 1. Cada variável representa 1/3 do peso do seu componente, e cada componente representa 1/3 do IDS, essa representação se encontra no Quadro 2 a seguir. Tem-se presente que o objetivo básico não é apenas a obtenção de um índice da Dimensão Social do Território, mas também a análise e produção de inferências. Para isso, busca-se o aporte da hermenêutica de profundidade de Thompson (2011), em seus momentos articulados entre si: (i) interpretação da doxa; (ii) análise sócio-histórica; (iii) análise formal ou discursiva; e (iv) interpretação/reinterpretação. Esse processo auxilia na compreensão da realidade e na produção de inferências.

Quadro 2. Representação e equação para o estudo da Dimensão Social do território em pesquisas sobre Patrimônio Territorial

Componente	Variável	Escala (1-5)	Médias	
			Equação	Valor
Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços	T1		$\frac{T1+T2+T3}{3}$	
	T2			
	T3			
Formas de organização e interação	O1		$\frac{O1+O2+O3}{3}$	
	O2			
	O3			
Valores, normas e estruturas sociais	V1		$\frac{V1+V2+V3}{3}$	
	V2			
	V3			
Índice que representa a Dimensão Social (IDS)			$\frac{T + O + V}{3}$	

Fonte: Adaptado de Andrade et al. (2023, p. 21).

O Índice da Dimensão Social (IDS), junto com os índices das demais dimensões são utilizados para o cálculo do Índice Multidimensional de Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP), que busca explicitar a situação momentânea do território quanto suas potencialidades para o desenvolvimento, por meio da ativação de cada uma das seis dimensões analisadas.

DESENVOLVIMENTO

No que tange ao primeiro componente, denominado “relações de trabalho e acesso aos bens e serviços”, verificou-se que o indicador referente à população ocupada — compreendida como o contingente de indivíduos que exercem alguma atividade laboral, seja formal ou informal (T1) — corresponde a 37,70% da população total do município. Tal percentual, conforme os dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2024), enquadra-se na categoria de situação ótima, uma vez que supera o limiar de 35%.

Em relação à distribuição de renda entre as classes sociais ou estratos de classe (T2), identificou-se, com base em dados do DATASUS, um Índice de Gini de 0,41 para o município no ano de 2010. Considerando a escala de avaliação, tal valor configura uma condição regular, por situar-se na faixa compreendida entre 0,41 e 0,50.

Na terceira variável do componente — os indicadores de vulnerabilidade social (T3) —, o município apresentou um Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de 0,148, conforme informações disponibilizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015). Este resultado indica um quadro de vulnerabilidade social muito baixa, posicionando o município em patamar considerado ótimo no que diz respeito a este indicador.

Para a coleta de dados a respeito dos componentes 2 e 3, conforme referido na metodologia, aplicou-se um questionário estruturado, de forma presencial, no dia 17 de julho de 2024, a 62 residentes do município de Nova Candelária que aceitaram participar do estudo. Esse grupo de 62 entrevistados foi composto pelos seguintes grupos sociais: (i) 3 agricultores; (ii) 5 empresários; (iii) 2 estudantes; (iv) 29 servidores públicos; e (v) 23 trabalhadores formais de diversas profissões. As respostas foram organizadas e analisadas constituindo-se na base para a composição do diagnóstico das 3 variáveis do segundo componente 2 e das 3 variáveis do terceiro componente.

Em relação ao segundo componente, “formas de organização e interação”, contatou-se que: para a primeira variável, grupos sociais e estratos de classe organizados (O1), 46,77% dos entrevistados (29 pessoas) participavam de ao menos um grupo ou organização do município, como cooperativas, grupos religiosos, associações ou sindicatos, se enquadrando na escala ruim (30% a 49%), todavia próximo de entrar na escala regular; para a segunda variável, redes de relações (O2) observou-se que 67,74% dos entrevistados (42 pessoas) declararam estarem satisfeitos com suas redes de relações formais e informais, o que denota um nível regular (50% a 69%), mas muito próximo do nível bom; para a terceira variável, formas de cooperação e associação (O3), verificou-se que 25,81% dos entrevistados (16 pessoas) participam de duas ou mais organizações formais ou informais sediadas no município de Nova Candelária, denotando um péssimo indicador na escala de mensuração (1% a 39%).

Analizando o terceiro componente, “valores, normas e estruturas sociais”, contatou-se que: em relação à primeira variável, valores (V1), 59,68% dos respondentes manifestaram opção predominante por valores coletivos, ou seja, quando postos diante da opção de uma lista com dez valores predominantemente coletivos e 10 valores predominantemente individuais, assinalaram opções dominantes de valores coletivos, denotando um indicador regular na escala de mensuração; em relação à segunda variável, normas e moral (V2), 65,81% dos respondentes identificaram-se com padrões de normas e de moral a partir de princípios coletivos, tais como a proteção ambiental, a transparência das ações públicas e privadas e o interesse público, também gerando um índice de mensuração regular na escala (5 a 6, em cada dez respostas); em relação à terceira variável, densidade institucional (V3), observou-se que 75% das respostas destacaram a importância das formas organizativas presentes no território e a existência de cooperação entre elas para a busca de interesses coletivos, o que denota nível bom na escala de mensuração desta variável.

A partir dos dados coletados, sua organização e análise, foi possível sistematizar o Índice da Dimensão Social do município de Nova Candelária, conforme Quadro 3.

Quadro 3. Índice da Dimensão Social do município de Nova Candelária 2024

Componente	Variável	Escala (1-5)	Médias	
			Equação	Valor
Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços	T1	5	$\frac{T1+T2+T3}{3}$	4,33
	T2	3		
	T3	5		
Formas de organização e interação	O1	2	$\frac{O1+O2+O3}{3}$	2
	O2	3		
	O3	1		
Valores, normas e estruturas sociais	V1	3	$\frac{V1+V2+V3}{3}$	3,33
	V2	3		
	V3	4		
Índice que representa a Dimensão Social (IDS)			$\frac{I + O + V}{3}$	3,22

Fonte: Organizado pelos autores (2024).

Analisando os três componentes, percebe-se que os melhores indicadores se manifestam nas “relações de trabalho e acesso aos bens e serviços”, com duas variáveis situando-se na escala ótima. Estes indicadores evidenciam que Nova Candelária apresenta uma situação socioeconômica na qual a maioria absoluta da população possui acesso ao trabalho e aos bens e serviços para uma vida razoavelmente confortável. O indicador que destoa se refere à distribuição de renda entre as classes, denotando características que são recorrentes na sociedade brasileira dada a sua formação capitalista. Sendo um município de pequeno porte, com população de 3.061 habitantes (IBGE, 2024), as marcas da desigualdade são menos evidentes, mas não deixam de se manifestar, especialmente quando se olha para o processo de distribuição de renda entre as classes e para os salários médios da população trabalhadora local que fica na faixa de 2,4 salários mínimos (IBGE, 2024).

O segundo componente, “formas de organização e interação” foi o que apresentou os piores indicadores, com duas variáveis situando-se abaixo dos padrões intermediários da escala. Em uma análise mais refinada, é possível identificar que os respondentes ao questionário aplicado são cientes da existência de uma rede de relações e instituições presentes no território, mas participam pouco das atividades comunitárias, denotando uma cultura predominantemente individualista. Esta realidade está em aparente contradição com o que manifestam no terceiro componente, quando dizem que os valores coletivos são importantes para o desenvolvimento do município. Porém, para a análise desse componente, a proposta pensada pelo projeto ProPAT põe como referência para a análise das variáveis deste componente não apenas a presença de grupos sociais e estratos de classe

organizados, redes de relações e formas de cooperação e associação, mas também a participação efetiva das pessoas nestes espaços. O que se contatou foi a presença, mas não a participação efetiva, gerando, com isso, baixos indicadores no que concerne à ativação do patrimônio territorial nestes quesitos. Essa realidade denota a necessidade de se pensar alternativas para buscar o envolvimento e participação a fim de que se possa aproveitar, plenamente, o patrimônio existente no território. Até mesmo porque a ausência de participação efetiva pode comprometer a continuidade deste patrimônio no médio e longo prazo.

Quando se volta o olhar para o terceiro componente, “valores, normas e estruturas sociais”, percebe-se que o mesmo apresenta indicadores que denotam a predominância de valores coletivos, convivência pacífica, aceitação das normas e valorização das instituições locais. Se pode afirmar que há capital social constituído e aceito pela população do município, gerando um sentimento de pertencimento e convivência pacífica nos diferentes espaços sociais. Essa realidade denota um patrimônio territorial ativado no sentido de garantir a sintonia na convivência, que pode ser decisivo nos processos de mobilização em prol do desenvolvimento.

CONCLUSÃO

Tendo como referência que o objetivo central desta pesquisa foi testar a metodologia proposta pelo projeto ProPAT para investigar a dimensão social de um dado território e, ao mesmo tempo, produzir um diagnóstico desta dimensão para o município de Nova Candelária, se pode dizer que o objetivo foi atingido. A metodologia se mostrou aplicável, com alguns ajustes em relação aos dados secundários a respeito do primeiro componente, uma vez que o Índice de Gini e o Índice de Vulnerabilidade Social são obtidos em intervalos de tempo diferentes do que os dados de população ocupada. Realidade esta que dificulta a análise e pode ensejar a busca de instrumentos de coleta capazes de aproximar os períodos de análise.

O estudo também evidenciou que a análise da dimensão social do patrimônio territorial pode ser uma ferramenta importante para viabilizar diagnósticos de território no sentido de servir como referência para a elaboração de políticas públicas e de propostas de desenvolvimento, cumprindo outro objetivo básico da pesquisa proposta.

Em relação ao Índice da Dimensão Social do município de Nova Candelária, constatou-se que ele ficou em 3,22, denotando uma situação de escala regular em termos de ativação do patrimônio territorial. Ou seja, uma situação intermediária para cima, manifestando que existem elementos constituídos no território que o capacitam a ativar

processos de desenvolvimento. Conforme referido nos resultados, o maior fator limitador encontrado foi a participação efetiva dos entrevistados nas organizações sociais (redes de relações, instituições e órgãos representativos de seus interesses), mesmo que manifestem consciência da existência destas organizações e até concordância que elas sejam essenciais para a organização e funcionamento da sociedade local. Esta realidade demanda a necessidade de se pensar alternativas para motivar e incentivar a participação, pois, caso contrário, se pode comprometer o ativo existente no território, no médio e longo prazo.

Ressalta-se que a presente pesquisa se constituiu em um ensaio inicial voltado à elaboração de um diagnóstico preliminar da dimensão social do patrimônio territorial do município de Nova Candelária. A ampliação da amostra de respondentes do questionário estruturado, bem como a realização de novos estudos com base nesse instrumento metodológico, revelam-se promissoras no sentido de contribuir significativamente para a formulação e implementação de políticas públicas e propostas de desenvolvimento para o município.

Dessa forma, conclui-se que a aplicação da metodologia do projeto ProPAT demonstrou-se pertinente e viável para a análise da dimensão social do patrimônio territorial, ao mesmo tempo em que revelou aspectos fundamentais sobre a realidade socioterritorial de Nova Candelária. Os resultados obtidos indicam que o município possui potencialidades importantes que podem ser mobilizadas para fomentar processos de desenvolvimento local, desde que sejam enfrentados os desafios relacionados à baixa participação social. Nesse sentido, torna-se imperativo o aprofundamento das investigações, com vistas à qualificação dos instrumentos de coleta e à ampliação do escopo analítico, possibilitando diagnósticos mais precisos e atualizados. Ademais, é necessário investir em estratégias de mobilização social que fortaleçam o engajamento comunitário e promovam o protagonismo das organizações locais, assegurando, assim, a sustentabilidade das ações de desenvolvimento e a valorização do patrimônio territorial enquanto ativo estratégico para o futuro do município.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aurea Andrade Viana et al. Abordagem Territorial do Desenvolvimento e sua Dimensão Social: Proposta metodológica para mensuração. **Desenvolvimento em Questão**, v. 21, n. 59, p. e14532, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.14532> . Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/14532>. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Informações de Saúde – TABNET**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginirs.def>. Acesso em: 20 out. 2024.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.12-32>. Disponível em <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10533>. Acesso em 11 maio 2025.

DALLABRIDA, Valdir Roque; ROTTÀ, Edemar; BÜTTENBENDER, Pedro Luís. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**, Taubaté, v. 17, n. 2, p. 256-273, mai-ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v17i2.6343>. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6343>. Acesso em 11 maio 2025.

DALLABRIDA, Valdir Roque; ROTTÀ, Edemar; BÜTTENBENDER, Pedro Luís; DENARDIN, Valdir Frigo; ARENHART, Lívio Osvaldo. Abordagem Territorial do Desenvolvimento: Categorias Conceituais e Pressupostos Metodológicos. **Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan.jun. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v7i1.80437>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/80437>. Acesso em: 15 maio 2025.

DALLABRIDA, Valdir Roque; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. densidade Institucional. In: SIEDENBERG, Dieter R. (org.). **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 67-69.

DOWBOR, Ladislau. **A Reprodução Social** - propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998.

GROOTAERT, Christiaan et al. **Questionário integrado para medir capital social (QI MCS)**. 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4860551/mod_resource/content/1/Questionario%20integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Nova Candelária** Rio de Janeiro: IBGE Cidades, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-candelaria/panorama>. Acesso em: 11 maio 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

ROTTÀ, Edemar et al. (orgs.). **Dimensão social do território**: olhares, registros e reflexões sobre Santo Cristo/RS. Cruz Alta: Ilustração; Santo Ângelo: EdiURI, 2024.

ROTTÀ, Edemar et al. A dimensão social na formação do IMAP. In: DALLABRIDA, Valdir R. et al. (orgs.). **Abordagem territorial do desenvolvimento** [recurso eletrônico]: proposta epistêmico-teórico-metodológica para construção do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial. Cruz Alta: Ilustração, 2023, p. 95-128.

SCHWARTZ, Shalom H. et al. Refining the theory of basic individual values. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, v. 103, n. 4, p. 663-688, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1037/a0029393>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fa0029393>. Acesso em 11 maio 2025.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.